

OBSERVAÇÃO EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Olívia Estanislau Cata Preta¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²
Janine Lopes Carvalho³

cionepsi@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O Centro de Referência de Assistência Social é público, localizado preferencialmente em áreas com maior vulnerabilidade social, sendo concedidos aos serviços de Assistência Social, tendo em vista a finalidade de fortalecer o vínculo e a convivência com a família e com a comunidade. O objetivo deste trabalho foi compreender o trabalho de um Centro de Referência de Assistência Social. Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix, foi realizado através de observação dos trabalhos que são realizados em um CRAS, foi uma pesquisa de natureza qualitativa. Os resultados mostraram que o CRAS observado oferta oficinas de atividade física, oficina de taekwondo, oficina de capoeira, oficina de violão, oficina de artesanato e oficina de maquiagem. Ainda, oferece benefícios eventuais, realização de visitas domiciliares, programa Auxílio Brasil e Programa Criança Feliz. Uma questão que nos chamou atenção fez referência aos dezenove servidores no serviço e desses, apenas quatro são concursados demonstrando assim, uma fragilidade dos vínculos trabalhistas e estando na contramão do que diz a lei.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS, psicologia, atuação do psicólogo, vínculos familiares.

1. INTRODUÇÃO

Com a Lei 12.435/2011, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), oficializou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como sistema de gestão descentralizada e participativo da assistência social, sendo este um marco importante na Política de Assistência Social (PAIVA e LOBATO, 2019).

¹Graduanda em Psicologia no Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto, Psicóloga, Mestre em Educação e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Coordenadora do Curso de Psicologia e Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

Por conseguinte, Brasil (2009) relata que os serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos pelo SUAS têm como foco principal a família e o território como apoio de organização, sendo eles definidos pelas funções que desempenham, pelo número de indivíduos mais vulneráveis e pela complexidade.

Como serviços do SUAS temos a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade e a de Alta Complexidade. A PSB é atribuída pelo Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo como função precaver situações de vulnerabilidade e riscos. Já a PSE, tem como função reconstruir vínculos, favorecer direitos, fortalecer potencialidades e aquisições, proteger de violações - PSE de Média Complexidade é efetivada no Centros de Referência Especializado de Assistência Social, (CREAS) e a Alta Complexidade é efetivada nas Unidades de acolhimento. No qual visa promover o acesso dos usuários do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) aos outros serviços socioassistenciais de proteção básica e possibilitando que a família de usuário(s) de serviço(s) da rede local tenha estabelecido seu acompanhamento, pelo PAIF, caso se encontre em situação de maior vulnerabilidade ou risco social. (BRASIL, 2009).

O trabalho em questão justifica-se através de uma experiência de estágio do curso de psicologia realizada por meio de observação de serviços ofertados no CRAS.

Sendo assim, a hipótese para essa questão é que, os serviços ofertados pelo CRAS podem auxiliar no grupo familiar, garantindo direitos, construção de vínculos, favorecendo assim para que as pessoas tenham melhor qualidade de vida.

O objetivo deste trabalho é compreender o trabalho de um Centro de Referência de Assistência Social.

Trabalhos como este são relevantes para dar visibilidade aos serviços existentes a fim de evidenciar a realidade do serviço e conseqüentemente, possibilitar o planejamento de ações e políticas públicas que possam promover melhoria na qualidade dos serviços oferecidos e garantir melhor qualidade de vida aos usuários.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é onde se inicia a disponibilização da Assistência Social. O local é público, localizado preferencialmente em áreas com maior vulnerabilidade social, sendo concedidos aos serviços de Assistência Social, tendo em vista a finalidade de fortalecer o vínculo e a convivência com a família e com a comunidade. A partir de um conhecimento adequado do território a que se refere, o CRAS proporciona a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Em outras palavras, conhecendo o território, a equipe do CRAS é capaz de apoiar as ações comunitárias, por meio de: palestras, campanhas e eventos, desempenhando junto à comunidade com o objetivo de construir soluções para o acareamento de alguns problemas comuns, citando como caso análogo a falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros. Ressaltando que a equipe do CRAS possibilita então o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, e transforma-se em uma referência para a população local e para os serviços de outros departamentos (BRASIL, 2019).

A cada município, segundo BRASIL (2005, p.07) pode-se ter:

Pequeno Porte I - município de até 20,000 habitantes/5,000 famílias - mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
Pequeno Porte II - município de 20,001 a 50,000 habitantes/de 5.000 a 10.000 famílias - mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
Médio Porte - município de 50.001 a 100.000 habitantes/de 10.000 a 25.000 famílias - mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Grande Porte - município de 100.001 a 900.000 habitantes/de 25.000 a 250.000 famílias - mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Metrópole - município de mais de 900.000 habitantes/mais de 250.000 famílias - mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

A capacidade de atendimento do CRAS modifica conforme o porte do município e o número de famílias em situação de vulnerabilidade social, como determinado na NOB-SUAS. Avalia a capacidade de atendimento, por área de abrangência do CRAS, como, por exemplo, o CRAS em território referenciado por até 2.500 famílias, sua capacidade de atendimento tem o máximo de 500 famílias/ano; O CRAS em território referenciado por até 3.500 famílias, sua capacidade de atendimento tem o máximo de 750 famílias/ano; O CRAS em

território referenciado por até 5.000 famílias, sua capacidade de atendimento tem o máximo de 1.000 famílias/ano (BRASIL, 2005)

As ações desenvolvidas no CRAS são, recepção e acolhida de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; entrevista familiar; Visitas domiciliares; Oferta de serviços do PAIF, que são métodos profissionais que amparam os direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social; conhecimento, acompanhamento e apoio nas avaliações das famílias referenciadas e as beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF); Palestras direcionadas à comunidade ou às famílias e indivíduos; Em relação aos grupos, são realizadas as oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para famílias e os indivíduos, ações de capacitação e de inserção produtiva; Vigilância Social: produção e regularização de informações que permitem a construção de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos; Campanhas socioeducativas; Encaminhamento e acompanhamento de famílias, seus membros e indivíduos, reuniões e ações comunitárias; Produção de material para capacitação e inserção produtiva, para oficinas lúdicas e para campanhas socioeducativas, com materiais pedagógicos e outros destinados aos serviços socioassistenciais, e também visitas domiciliares com atividades lúdicas direcionadas à crianças com deficiência; Deslocamento da equipe para atendimento de famílias em comunidades quilombolas, indígenas, em calhas de rios e em zonas rurais (BRASIL, 2011).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/ SUAS representa um avanço em relação à profissionalização da política de assistência social, tem por objetivo trazer aos gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários conteúdos atualizados sobre a gestão do trabalho no SUAS, ou seja, com objetivo de garantir aos usuários do SUAS, serviços públicos qualificados (BRASIL, 2011).

A equipe do CRAS é composta por profissionais que são responsáveis pela gestão da proteção básica daquele território e organização dos serviços que são ofertados pelo dispositivo. O número de profissionais de um CRAS vai depender do seu porte, mas é preferencialmente que as equipes de CRAS tenham no mínimo uma assistente social e uma psicóloga e um coordenador com formação de nível superior (BRASIL, 2009).

Entende-se que a organização, planejamento e execução das ações que dizem respeito à valorização do trabalho, assim compreende-se que ações que desenvolvem a valorização dos trabalhadores dos SUAS como (BRASIL, 2012, p.47):

- I - a realização de concurso público;
- II - a instituição de avaliação de desempenho;
- III - a instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente com certificação;
- IV - a adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS;
- V - a instituição das Mesas de Negociação;
- VI - a instituição de planos de cargos, carreira e salários (PCCS);
- VII - a garantia de ambiente de trabalho saudável e seguro, em consonância às normativas de segurança e saúde dos trabalhadores;
- VIII - a instituição de observatórios de práticas profissionais.

De acordo com Brasil (2009) as equipes de referência do CRAS devem trabalhar de forma interdisciplinar, e os perfis de tais profissionais devem estar alinhados com as funções a serem desenvolvidas no CRAS. O trabalho desenvolvido em âmbitos sociais com grupos familiares deve partir da predisposição de profissionais de diversas áreas a fim de alcançar um objetivo em comum que é ofertar apoio e possibilitar a superação de situações de vulnerabilidade sociais.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que segundo Godoy (1995), enquanto exercício de pesquisa, a abordagem qualitativa não se exterioriza como uma proposta austeramente estruturada, neste viés, ela concede que a singularidade e a criatividade dos investigadores levam a propor trabalhos que explorem novas perspectivas.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. Foi realizado através de observação dos trabalhos que são realizados em um CRAS.

De acordo com Fontelles *et al.*, (2009), na observação o investigador atua unicamente como espectador de circunstâncias e de fatos, sem que haja qualquer interferência no curso natural ou no desfecho dos mesmos, independentemente que, neste meio período, suceda aferição, análises e outros métodos para coleta de dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O CRAS observado pertence a um município de pequeno porte localizado no centro de uma cidade da zona da mata mineira. O município, possui apenas um CRAS em seu território, que atende toda a população. Sua estrutura física conta com uma sala da secretária da junta civil, uma sala das responsáveis pelo Programa Auxílio Brasil, uma sala da coordenadora das oficinas, uma sala da assistente social e do advogado, uma sala da psicóloga, uma sala para a coordenadora do Programa Criança Feliz, uma sala para as visitadoras do Programa Criança Feliz, uma sala extensa para oficinas, uma cozinha.

Enfatizamos aqui, segundo Brasil (2005) o município de pequeno porte I, é considerado municípios de até 20 mil habitantes e deverá ter mínimo de um CRAS para atender até 2.500 famílias.

As oficinas disponibilizadas no CRAS em questão, são oficinas de atividade física, oficina de taekwondo, oficina de capoeira, oficina de violão, oficina de artesanato e oficina de maquiagem.

Segundo Medeiros (2022) para que ocorra um bom desenvolvimento das ações no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, a equipe deve focar em suas práticas norteadoras como a convivência social, direito de ser e participação. A partir destas práticas são realizados os encontros dos grupos, que necessitam ser previamente planejados. Por conseguinte, a equipe precisa ponderar as necessidades que sucedem no grupo e desenvolver a criatividade para, com isso, ofertar atividades atraentes e agradáveis. No SCFV, as oficinas de esporte, lazer, arte e cultura, são técnicas para estimular a participação do público alvo e proporcionar reflexão sobre temas propostos, de forma lúdica e descontraída, sendo atividades integrativas aos grupos.

Além desses serviços, o CRAS observado oferece benefícios eventuais, realização de visitas domiciliares, programa Auxílio Brasil e Programa Criança Feliz. O público atendido são crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas.

Segundo Silva e Corgozinho (2011) o CRAS deve ofertar para as famílias e sujeitos em nível comunitário, programas e serviços que visem o fortalecimento do

vínculo familiar, auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim constituindo uma rede de apoio que possibilite maior qualidade de vida para aqueles que buscam pelo serviço assistencial.

No estágio foi possível acompanhar alguns atendimentos realizados pelos profissionais aos usuários do serviço, foram realizados dois atendimentos no que se refere a benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e o auxílio reclusão. Nesses dois casos apresentados os membros familiares buscavam orientação devido ao fato de terem os benefícios cessados, um por falta de atualização de dados e o outro por comprovação do governo de aumento de renda do grupo familiar.

De acordo com Bovolenta (2013) a lei orgânica de assistência social postula que os benefícios socioassistenciais são subdivididos em benefício de prestação continuada e benefícios eventuais por vulnerabilidade. Segundo Bovolenta (2011) os benefícios eventuais são um direito social ao cidadão e deve ser assegurado pelo âmbito da proteção social básica. Esses benefícios são obrigatoriedade de ofertas pelos municípios, estados e federação.

A assistente social do referido serviço relata durante as observações que grande parte dos atendimentos são realizados a pessoas carentes, e enfatiza a importância do sigilo, da confiabilidade, da troca de afeto a cada assistência, porém de maneira profissional.

Andrade e Morais (2017) relatam que é necessário pensar no grupo familiar de acordo com as suas necessidades, subjetividades e peculiaridades, entende-o como um sujeito individual e coletivo. O profissional que atende o grupo familiar no CRAS deve compreender em qual momento social este se encontra, para assim traçar ações e metas considerando as vontades e desejos dos usuários.

Observamos pelo relato da assistente social que o município não tem suporte para atender alguns casos de alta complexidade, no entanto, o município não conta com o serviço do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, sendo assim, o CRAS do município é responsável para atender todas as demandas apresentadas no território tanto da proteção básica quanto da média e alta complexidade.

O serviço de proteção social especial de acordo com os autores Silva e Corgozinho (2011) realizam estratégias que visam a reestruturação dos vínculos familiares, essas estratégias são fomentadas a partir de atendimentos individualizados, visitas domiciliares, reuniões com o grupo familiar, busca ativa, encaminhamentos para a rede de apoio, a fim de gerar a reinserção social do grupo familiar. O serviço de média e alta complexidade são de responsabilidade do CREAS, no entanto, são implantados de acordo com o porte e demanda dos municípios.

Foi possível observar as realizações da oficina Taekwondo, no qual o professor incentiva as crianças a fazerem os exercícios de “para casa” passada na escola, com intenção de retirar os garotos da tela do celular e ajudar a desenvolver o cognitivo dos mesmos. Faz também uma explicação breve sobre o que é o Taekwondo, se tratando de um tipo de defesa e não de briga. O mestre trabalha pautado na disciplina e ensinando as crianças serem obedientes dentro de casa e no âmbito escolar.

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculo busca realizar trabalhos com crianças, adolescentes, adultos e idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a fim de estreitar os vínculos familiares e possibilitando a socialização dos mesmos. O trabalho é baseado na prevenção de situações de riscos, assim podem ser ofertados oficinas de diferentes modalidades para diferentes públicos a fim de incluir esses usuários e possibilitar maior qualidade de vida aos mesmos o SCFV pauta suas estratégias favorecendo a defesa dos direitos sociais e desenvolvendo as potencialidades de cada indivíduo, assim promovendo a prevenção de situações de violações de direito e vulnerabilidades sociais (MINATEL e ANDRADE, 2020).

Em observação na recepção, vimos diversos agendamentos para a atualização do Cadastro Único, agendamento chamado de CRAS 2022, que surgiu para facilitar e agilizar o sistema e por meio dessa modalidade, o atendimento acontece com horário marcado evitando filas e eventuais problemas com aglomerações, portanto, o agendamento é realizado de forma presencial junto ao CRAS ou virtual, podendo ser acessado por meio do site prefeitura do município.

O governo Federal brasileiro criou o Auxílio Brasil a fim de substituir o Programa Bolsa Família e é destinado a pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social no qual não têm renda o suficiente para suprir suas necessidades básicas. Para que a pessoa tenha acesso ao auxílio Brasil é necessário estar incluído no CadÚnico e ter renda de até um quarto do salário mínimo (BOTELHO e MENDES, 2021).

Observamos um grupo que acontece mensalmente nomeado “Papo de mãe” e é realizado pela psicóloga, vimos a realização de uma dinâmica com as gestantes que destacou como são importantes a rede de apoio, realizou apresentação das pessoas umas para as outras, promoveu a aproximação e a interação entre as participantes.

O Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) segundo Afonso e Fadul (2015) desenvolve trabalhos em grupos a fim de potencializar as dimensões do processo social que são a convivência, ação e reflexão. Os grupos realizados com as famílias são formas de articular várias dimensões, possibilitando compreensões e ressocialização desses indivíduos no meio social.

No que se refere aos servidores, à tabela 01 traz uma descrição do CRAS observado:

Tabela 01 - Servidores do CRAS

Área de atuação	Quantidade de indivíduos nesta área de atuação	Vínculo Empregatício	Ano em que iniciou os serviços na instituição
Secretária de Assistência Social	01	Comissionado	2022
Assistente Social	02 01	Contratada Concursada	2017 2016
Serviços gerais	03	Concursada	2016
Gestora do Bolsa Família	01	Contratada	2022
Psicóloga	01	Contratada	2022
Coordenadora das oficinas	01	Contratada	2021

Área de atuação	Quantidade de indivíduos nesta área de atuação	Vínculo Empregatício	Ano em que iniciou os serviços na instituição
Supervisora do Programa Criança Feliz	01	Contratada	2021
Visitadora do Programa Criança Feliz	04	Contratada	2020 2021 2022 2022
Secretária da Junta Militar	01	Contratada	2018
Advogado	01	Contratado	2021
Pedagoga das oficinas	01	Contratado	2021
Motorista	01	Contratado	2018

Fonte: Elaborado pelas autoras

Como podemos observar na tabela acima, o número de colaboradores neste serviço por ser um CRAS de pequeno porte, está superior a necessidade segundo as orientações, pois de acordo com Brasil (2009) em CRAS de porte I que atendem até 2.500 famílias é necessário que tenha dois técnicos de nível médio e dois técnicos de referência com nível superior, sendo preferencialmente assistentes sociais e psicólogos, pode-se perceber que o referido CRAS tem 06 profissionais de nível superior sendo uma psicóloga, três assistentes sociais, um advogado e uma tem pedagoga, além destes outros profissionais na função de supervisor e coordenador.

Outra questão que nos chama atenção, faz referência aos dezenove servidores no serviço e desses, apenas quatro são concursados demonstrando assim, uma fragilidade dos vínculos trabalhistas e estando na contramão do que diz a lei.

BRASIL (2009) descreve que toda equipe técnica de referência do CRAS necessita ser composta por servidores públicos efetivos, isso quer dizer contratados via concurso público, para evitar que no serviço haja rotatividade de funcionários, assim possibilitando a continuidade, efetividade e a eficácia dos

serviços ofertados pelo CRAS e potencializando a capacitação e formação permanente dos profissionais.

Segundo Rosa (2002), o concurso público surge como exigência legal para a ocupação de cargos, sendo exigido que o candidato seja elegível para tal, através da realização de provas e exames físicos e psicológicos. Segundo Dia (2011) o concurso público:

É o meio mais idôneo encontrado pelo constituinte de 1988 para preenchimento de cargos, empregos e funções públicas, uma vez que, pautado pelos princípios constitucionais, garante a escolha do melhor candidato, dentre todos que quiserem participar do certame, para o exercício da função pública (p 03).

Em concordância com Silva (2010), vemos agentes do poder público e da administração pública usando os cargos como sua propriedade particular, assim desconsiderando o fato de que o concurso é uma via de ingresso ao cargo público, assim realizando contratações de formas irregulares. É importante que seja seguido a legislação imposta prevista sobre contratações dos setores públicos, assim possibilitando que todos tenham iguais oportunidades de ocupar cargos públicos (SILVA, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações realizadas, podemos perceber que o CRAS exerce um papel essencial no âmbito social, pois possibilita a garantia de direitos dos seus usuários, a partir de suas potencialidades e individualidades.

Considerando a nossa hipótese do trabalho, obtivemos uma afirmativa quanto aos serviços ofertados pelo CRAS que auxiliam no grupo familiar, garantem direitos, e favorece para que as pessoas tenham melhor qualidade de vida, no entanto, no que se refere à construção de vínculos, observamos uma fragilidade uma vez que, a maioria dos servidores são contratados, impedindo assim um trabalho contínuo.

No entanto, percebemos que o CRAS em questão possibilita atendimentos aos usuários em suas diversas atuações, tanto no que se refere ao fortalecimento de vínculos quanto às formas de prevenção a vulnerabilidade social do grupo familiar.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FADUL, Fabiana Meijon. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 140-154, jun. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2017, v. 37, n. 2 [Acessado 23 Novembro 2022], pp. 378-392. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001412016>>. Acesso em: 23 Nov 2022.

BOTELHO Vinícius; VELOSO Fernando; MENDES Marcos. Auxílio Brasil: avaliação do desenho e possíveis impactos. **Jota**. 2021 Disponível em<<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/auxilio-brasil-avaliacao-do-desenho-e-possiveis-impactos-15122021>>. Acesso em: 23 de Nov 2022.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 365-387, abr./jun. 2011. Acesso em: 23 de Nov 2022.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida Os benefícios eventuais junto à política de assistência social: algumas considerações. **O Social em Questão - Ano XVII - nº 30 - 2013**. Acesso em: 23 de Nov 2022.

BRASIL. **Guia de orientação técnica - SUAS nº1 Proteção Social Básica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em:<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/scidadania/pdf/orientacao-tecnica-cmas.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2022.

BRASIL. Ministério da cidadania. **Centro de Referência de Assistência Social - Cras**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 09 de nov de 2022.

BRASIL. **NOB-RH/SUAS: ANOTADA E COMENTADA**. dezembro de 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/asistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 02 de nov. de 2022

BRASIL. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/asistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 07 de out de 2022.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.** Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Conselho Nacional de Assistência Social. 2012. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOB_SUAS_2012.pdf>. Acesso em: 28 de Nov 2022.

BRASIL. **SUAS Sistema Único de Assistência Social.** Secretaria de Assistência social. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2022.

DIAS, Geisy Merenly Maciente. **Princípios Constitucionais Aplicáveis Aos Concursos Públicos.** 2011. Acesso em: 23 de Nov 2022.

FONTELLES, Mauro José, SIMÕES, Marilda Garcia, FARIAS, Samantha Hasegawa e FONTELLES, Renata Garcia Simões. **Metodologia da pesquisa científica:** Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Ago 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em 07 de set de 2022.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Pesquisa sociológica e metodologia qualitativa • **Educ. Pesqui.** v.30, n.2, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?lang=pt>. Acesso em 09 de set. de 2022.

MEDEIROS, Juliana. SCFV: Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **GESUAS.** 2022. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/scfv/>. Acesso em: 12 de nov de 2022

MINATEL, Martha Moraes; ANDRADE, Lívia Costa de. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a terapia ocupacional: um relato de experiência na construção da cidadania e participação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]**, 2020, v. 28, n. 1 , pp. 309-329. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1917>>. Acesso em: 23 de Nov 2022.

PAIVA, Ariane Rego de. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Formulação da lei do sistema único de assistência social e a legitimação da política de assistência social. **Ciência & Saúde Coletiva.** V.5, n.6, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QM9tFPkrG3vn4fzgRqsxCJy/?lang=pt>. Acesso em 02 de set. de 2022.

ROSA, Dênerson Dias. O concurso público como princípio constitucional e a promoção interna para cargos organizados em carreira. **Site Direito Constitucional.** 2022.

SILVA, Edgar Félix. O que falta ao instituto do concurso público? **Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA- ASSIS-SP.** 49 p. 2010.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2011, v. 23, n. spe, pp. 12-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>>. Acesso em: 23 de Nov 2022.